



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº 45/2019

Processo Administrativo nº 23063.003134/2019-03

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ**, por meio da Divisão de Licitações e Contratos (DILCO), sediada na Avenida Maracanã, nº 229 - Bloco A - Sala 206 - Maracanã - Rio de Janeiro - CEP 20.271-110, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento de **maior desconto**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11.12.2019

Horário: 10:00 (horário de Brasília-DF)

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Concessão Administrativa de Uso de Espaço Físico, a título oneroso**, localizado nas dependências do **Campus Maracanã do CEFET/RJ, para empresa especializada na exploração de serviços de lanchonete, voltada ao fornecimento de lanches, visando atender às demandas do corpo docente, discente e administrativo do campus**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A concessão se dará mediante pagamento mensal de aluguel referente ao uso de espaço físico, acrescido dos valores de eventuais taxas previstas neste Edital e seus anexos.
- 1.3. A disputa se dará através de lances ofertados para os itens obrigatórios de comercialização, estabelecidos em tabela constante do Termo de Referência.

1.3.1. O critério de julgamento da proposta adotado será o maior desconto global do grupo, conforme definido neste Edital e seus anexos.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A contratação decorrente deste procedimento licitatório não envolverá recursos públicos. Dessa forma, não necessita de previsão orçamentária para tanto.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SICAF**, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio **www.comprasgovernamentais.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio; por não envolver serviços de grande vulto e/ou alta complexidade técnica;
- 4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 4.2.8. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)
 - 4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 4.2.9. Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.
- 4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
 - a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
 - b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);
- 4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. **O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, da especificação do serviço e do desconto oferecido sobre a tabela de valores dos alimentos obrigatórios de comercialização constante no Termo de Referência (Anexo I).**
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
 - 6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **percentual (%) de desconto oferecido sobre a tabela de valores dos alimentos obrigatórios de comercialização constante no Termo de Referência (Anexo I)**, limitado a 02 (duas) casas decimais.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo percentual, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20. O critério de julgamento adotado será o maior desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.27.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
- 7.27.1.1. Prestados por empresas brasileiras;
- 7.27.1.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no

desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.1.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo estabelecido no “chat” (prazo não inferior a duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29.2.1. **Na proposta comercial a ser enviada, deverão constar os valores discriminados por item da tabela de valores dos alimentos obrigatórios, constante no Anexo I do Edital, de acordo com o percentual de desconto oferecido, além de informado o valor GLOBAL, e ainda:**

7.29.2.1.1. Os itens constantes na proposta não devem apresentar valores “fracionados” que dificultem a cobrança dos produtos, ou seja, valores como, por exemplo: R\$ 1,67 ou R\$ 1,63. Só será permitida a oferta de produtos com preços tendo como final 5 ou 0, assim como: R\$ 1,60 ou R\$ 1,65. Sendo assim, na formulação da proposta, ao incidir o percentual de desconto ofertado sobre a **tabela de valores dos alimentos obrigatórios**, caso o valor para qualquer dos itens da tabela tenha a segunda casa decimal diferente de 0 ou 5, o licitante **deverá** diminuir o valor até que este tenha como último dígito o número 0, ou 5. Por exemplo, caso o valor encontrado seja R\$ 2,63, o licitante deverá reduzir o valor para R\$ 2,60; caso o valor encontrado seja R\$ 3,79, o valor deverá ser reduzido para R\$ 3,75.

7.29.2.1.2. A Proposta Comercial deve ser elaborada nos moldes do **Anexo IV do presente Edital de Licitação**.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, que:
 - 8.2.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
 - 8.2.2. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
 - 8.2.3. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
 - 8.2.4. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 - 8.2.5. Nos termos do item 9.2 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
- 8.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar percentual de desconto igual a zero ou que torne o preço do objeto manifestamente inexequível.
- 8.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 8.6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

- 8.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto (prazo não inferior a duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de

ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3.1.2.1. O licitante será convocado a apresentar, em **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da solicitação do pregoeiro no “chat”, esclarecimentos, comprovando sua idoneidade

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

- 9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estabelecido pelo pregoeiro no “chat” (prazo não inferior a duas horas), sob pena de inabilitação.
- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante; relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais

quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato /estatuto social.

9.10.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% do valor total/anual da concessão de uso do espaço físico.

9.11. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

9.11.1. **Atestado de Vistoria** assinado pelo servidor responsável, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, caso o licitante opte por realizá-la, ou **Declaração de Dispensa de Vistoria**, conforme modelo anexo do Edital, caso o licitante opte por NÃO realizá-la.

9.12. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no

prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- 9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no “chat” (no mínimo, 2 (duas) horas), a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 - 10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
 - 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores

numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o **prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 - 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 - 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.**

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do Termo de Concessão Administrativa de Uso, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

14.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal (Operação 010), com correção monetária.

14.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.12. Será considerada extinta a garantia:

14.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o

levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.

15. DO TERMO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO

15.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Concessão Administrativa de Uso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Concessão, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, no caso de empresas sediadas fora da cidade do Rio de Janeiro, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.1.2. O prazo previsto para assinatura do Termo de Concessão poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.2. A vigência do Termo de Concessão Administrativa de Uso dar-se-á a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após publicação do extrato no Diário Oficial da União.

15.3. O prazo de vigência da concessão de uso é de **12 (doze) meses**, cabendo prorrogação através de Termo Aditivo, até o prazo máximo legal de **60 (sessenta meses)**, se perdurar o interesse público, com base no inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666/93.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

- 15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 15.5. Previamente à contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do Termo de Concessão Administrativa de Uso.
- 15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o Termo de Concessão Administrativa de Uso, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Termo de Concessão Administrativa de Uso.
- 15.7. **Todas as obrigações da cessionária, assim como as regras que regem a execução contratual, estão descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital – e na Minuta do Termo de Concessão Administrativa de Uso , anexo do Edital.**
- 15.8. Fica a critério da CESSIONÁRIA a contratação de seguros contra roubo e incêndio, sendo que a ocorrência de tais eventos é de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA, não podendo de maneira alguma imputá-la ao CEFET/RJ.
- 15.9. A Cessionária deverá encarregar-se da coleta de lixo, observando que o mesmo não poderá ser acumulado nas dependências do Campus Maracanã do **CEFET/RJ.**
- 15.10. As despesas com gás, bem como sua instalação, serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA.
- 15.11. A Cessionária deverá indicar, ao Campus Maracanã do CEFET/RJ, o nome de seu preposto ou funcionário com competência para representá-la perante a Fiscalização.
- 15.12. Não será admitida a sublocação do objeto licitatório.
- 15.13. A Cessão poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independente de indenização, conforme prevê o Decreto nº 3.725/2001, Art. 13, inciso VI.

16. DO REAJUSTE

- 16.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na minuta do Termo de Concessão, e no Termo de Referência, anexos a este Edital.

17. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE E DA CESSIONÁRIA

18.1. As obrigações da Cedente e da Cessionária são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A **Cessionária** pagará ao **CEFET/RJ**, **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido**, a importância de **R\$ 5.248,00 (cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais)**, mediante depósito bancário na Conta Única do Governo Federal no Banco do Brasil S/A, através de Guia de Recolhimento da União - GRU.

19.1.1. Nos meses de janeiro, julho e dezembro, em razão de férias/recessos escolares, será concedido desconto de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor mensal pago pela cessionária ao CEFET/RJ a título de arrendamento pela utilização do espaço físico, podendo ser aplicado desconto, nos demais meses, em caso de paralisação das aulas no campus, conforme o disposto a seguir:

19.1.1.1. Em caso de qualquer tipo de paralisação das aulas do campus, que ultrapasse 05 dias corridos dentro de um mês, será concedido desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal pago pela utilização do espaço físico, para cada acumulado de 06 dias corridos de paralisação, limitado à 75% (setenta e cinco por cento), mediante requerimento da cessionária.

19.2. A composição do valor de arrendamento mensal de **R\$ 5.248,00 (cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais)** baseia-se na Portaria nº 1.422 de 19 de dezembro de 2016 – Retribuição Pecuniária Mínima – Ocupação de Espaço Permanente.

Cálculo: taxa nominal atualizada(0,16) x área(100,00 m²) x total de horas ocupadas:328h [(22*14) + (4*5)].

19.3. O valor a ser pago mensalmente pela cessionária ao CEFET/RJ, a título de arrendamento pela utilização do espaço físico, levando em consideração a área ocupada e os fins a que se destina, será **acrescido dos valores das taxas de consumos estimados de energia elétrica e água**.

19.3.1. Taxa de uso de energia elétrica, a ser disponibilizada pelo Campus de 5%(cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal do Campus Maracanã

do mês anterior até a instalação de equipamento próprio para a aferição (relógio medidor de consumo energético). Após a instalação a aferição se dará sob a diferença mensal entre a marcação atual e a realizada no mês anterior. Caso a empresa não realize a instalação do equipamento de aferição no prazo de 6 (seis) meses, a taxa de uso será reajustada para 10%(dez por cento).

19.3.2. Taxa de uso de água potável, a ser disponibilizada pelo Campus de 5%(cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal do Campus Maracanã do mês anterior, ou medição realizada em equipamento próprio para a aferição real (relógio hídrico ou semelhante).

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de **5 % (cinco por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade

ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no **SICAF**, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;

20.3.4.1. Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Edital.

20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@cefet-rj.br (fazendo referência ao número do Pregão no título do e-mail) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Maracanã, nº 229 - Bloco A - Térreo - Maracanã - RJ - CEP 20.271-110, das 10h às 16h na Seção de Protocolo do CEFET/RJ.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 22.1. Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, apenas quando necessário, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.
- 22.2. O licitante deverá apresentar, para fins de aceitabilidade da proposta vencedora, declaração assinada, de acordo com o modelo anexo ao Edital, comprometendo-se a cumprir, sempre que possível, as práticas de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 6º e seus incisos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como os critérios e práticas sustentáveis elencados no art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, tais como:
- 22.2.1. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 22.2.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 22.2.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 22.2.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 22.2.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 22.2.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 22.2.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- 22.2.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e

acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Maracanã, nº 229 - Bloco A - Sala 206 - Maracanã – RJ (**Departamento de Administração**), nos dias úteis, no horário das **10h às 16h**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 23.12.2. ANEXO II - Questionário da Pesquisa de Satisfação dos Usuários;
 - 23.12.3. ANEXO III – Checklist (Lista de Verificação);
 - 23.12.4. ANEXO IV - Modelo de Proposta;
 - 23.12.5. ANEXO V – Dados Cadastrais da Empresa;
 - 23.12.6. ANEXO VI - Atestado de Vistoria;
 - 23.12.7. ANEXO VII – Declaração de Dispensa de Vistoria;

23.12.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental.

23.12.9. ANEXO IX - Minuta do Termo de Concessão Administrativa de Uso.

Rio de Janeiro, de de 2019.

Aprovo o presente Edital e seus Anexos.

MARCELO DE SOUSA NOGUEIRA
Diretor-Geral Pro Tempore do CEFET/RJ



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO 45/2019

Processo Administrativo nº 23063.003134/2019-03

1. DO OBJETO

- 1.1. **Concessão Administrativa de Uso de Espaço Físico, a título oneroso, localizado nas dependências do Campus Maracanã do CEFET/RJ, para empresa especializada na exploração de serviços de Lanchonete, voltada ao fornecimento de lanches, visando atender as demandas do corpo docente, discente e administrativo do campus.** A área a ser utilizada fica localizada no pavimento térreo do Bloco C com área de aproximadamente 100m².

| Item | Especificação | Valor Global estimado dos alimentos obrigatórios | Percentual de desconto | Valor final (R\$) |
|------|---|--|------------------------|-------------------|
| 1 | Serviços de Lanchonete , voltada ao fornecimento de lanches , visando atender às demandas do corpo docente, discente e administrativo do Campus Maracanã do CEFET/RJ . | R\$ 183,80 | % | |

- 1.2. O vencedor da licitação firmará junto ao CEFET/RJ o Termo de Concessão Administrativa de Uso, e deverá pagar um valor mensal a título de arrendamento de espaço, de R\$ 5.248,00 (cinco mil duzentos e quarenta e oito reais), podendo comercializar alimentos para a comunidade do Campus Maracanã, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.3. A composição de valor de arrendamento mensal de R\$ 5.248,00 (quatro mil novecentos e vinte reais), baseia-se na Portaria nº 1.422 de 19 de dezembro de 2016 – Retribuição Pecuniária Mínima – Ocupação de

Espaço Permanente.

Cálculo: taxa nominal atualizada: (0,16) x área: (100m²) x total de horas ocupadas: 328horas [(22*14)+(4*5)].

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Atualmente, o CEFET/RJ Campus Maracanã possui aproximadamente **9000 (nove mil)** alunos matriculados, **835 (oitocentos e trinta e cinco)** servidores, além de terceirizados e comunidade externa. A instituição oferece ensino médio integrado, cursos superiores, cursos técnicos subsequentes e cursos de especialização, desenvolvendo ensino, pesquisa, extensão e inovação. Toda esta comunidade necessita dispor de acesso aos lanches que permitam a sua permanência na instituição desenvolvendo atividades diuturnas, garantindo seu pleno funcionamento.
- 2.2. O quantitativo dos serviços a serem demandados está relacionado tanto ao espaço (100,00 m²) quanto a quantidade aproximada de 9000 alunos e 835 servidores.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O serviço a ser contratado classifica-se como serviço comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520, de 2002.
- 3.2. O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- 4.2. Relação mínima de produtos vendidos:

| Item | Produto | Observações | Quantidade mínima / porção mínima | Preço médio unitário (R\$) |
|------|---------|-------------|-----------------------------------|----------------------------|
|------|---------|-------------|-----------------------------------|----------------------------|

| | | | | |
|----|---|---|-------|------|
| 1 | Água sem gás | - Garrafa pet | 510ml | 3,00 |
| 2 | Água com gás | - Garrafa pet | 510ml | 3,50 |
| 3 | Água de coco | - Copo ou garrafa | 300ml | 4,00 |
| 4 | Café comum | - Copo | 150ml | 2,50 |
| 5 | Chá | - Lata - O extrato do chá deve ser o primeiro ou segundo item da lista de ingredientes - Sem adição de açúcar | 330ml | 6,00 |
| 6 | Chá | - Copo - Preparado com erva 100% natural em água, feito no local, sem adição de conservantes e xaropes | 300ml | 4,50 |
| 7 | Chá Gelado (Ice Tea) | - Garrafa ou Lata | 300ml | 4,90 |
| 8 | Guaraná natural pronto industrializado | - Copo | 290ml | 2,00 |
| 9 | Guaraná natural pronto industrializado | - Garrafa | 500ml | 4,50 |
| 10 | Iogurte integral | - Pote | 100g | 3,00 |
| 11 | Suco de frutas industrializado | - Lata ou Garrafa Pet - Mínimo de 3 sabores - 100% fruta | 300ml | 4,90 |
| 12 | Suco natural da fruta ou de polpa de fruta | - Copo - 50% de polpa minimamente - Mínimo de 3 opções de frutas | 300ml | 5,50 |
| 13 | Refrigerante natural / Suco natural com gás | - Garrafa - Sem adição de açúcar - Sem conservantes - Sem corantes artificiais - mínimo de 82% de suco | 250ml | 6,50 |
| 14 | Refrigerante natural / Suco natural com gás | - Lata - Sem sódio - Sem conservantes - Sem ingredientes artificiais | 350ml | 5,50 |

| | | | | |
|-----------|--------------------|--|-----------|------|
| 15 | Vitamina de frutas | - Copo - Mínimo de 3 opções de frutas - Leite integral e desnatado | 300ml | 6,50 |
| 16 | Açaí | - Copo - Mínimo de 1 opção de fruta | 300ml | 6,00 |
| 17 | Croissant integral | - Mínimo de 120g Recheio de frango | 1 unidade | 4,50 |
| 18 | Croissant integral | - Mínimo de 120g Recheio de queijo minas | 1 unidade | 4,50 |
| 19 | Esfirra | - Mínimo de 120g Recheio de frango | 1 unidade | 4,00 |
| 20 | Esfirra | - Mínimo de 120 g Recheio de carne moída | 1 unidade | 4,00 |
| 21 | Esfirra | - Mínimo de 120 g Recheio de ricota com espinafre | 1 unidade | 4,00 |
| 22 | Joelho | - Mínimo de 120 g Recheio de queijo e presunto | 1 unidade | 4,00 |
| 23 | Misto quente | - Peso mínimo de 100g Recheio de queijo e presunto | | 5,00 |
| 24 | Pão de queijo | - 5 unidades médias (25g) | 1 porção | 3,00 |
| 25 | Pão na chapa | - Peso mínimo de 100g | 1 porção | 2,50 |
| 26 | Pastel assado | - Mínimo de 120g Recheio de carne moída | 1 unidade | 4,00 |
| 27 | Pastel assado | - Mínimo de 120g Recheio de frango | 1 unidade | 4,00 |
| 28 | Pastel integral | - Mínimo de 120g Recheio de queijo minas | 1 unidade | 4,50 |
| 29 | Pastel integral | - Mínimo de 120g Recheio de frango | 1 unidade | 4,50 |
| 30 | Picolé de fruta | - Mínimo 3 sabores - A polpa da fruta relativa ao sabor deve ser o primeiro item da lista de ingredientes | 1 unidade | 5,00 |
| 31 | Salada de frutas | - Copo - Mínimo de 4 tipos de frutas da estação por copo | 300ml | 5,50 |
| 32 | Salgado Vegano | - Mínimo de 120 g e 1 opção de recheio | | 4,50 |

| | | | | |
|----|--|--|-----------|------|
| | | - Salgado feito apenas com alimentos de origem vegetal | | |
| 33 | Sanduíche natural | - Pão comum e pão integral Mínimo de 2 opções de recheio - Peso mínimo de 200g - Deve ter minimamente um tipo de vegetal A ou B** | 1 unidade | 7,50 |
| 34 | Tapioca | - Mínimo 150g e três opções de recheio | 1 unidade | 9,00 |
| 35 | Café Expresso – (vending machine) | Porção mínima de 50 ml | 1 unidade | 2,00 |
| 36 | Café Longo – (vending machine) | Porção mínima de 70 ml | 1 unidade | 2,00 |
| 37 | Chá – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 |
| 38 | Cappuccino – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 |
| 39 | Café com leite – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 |
| 40 | Leite – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 |
| 41 | Cappuccino c/Chocolate – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 |
| 42 | Chocolate – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 4,00 |
| 43 | Cappuccino Avelã (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 4,00 |

*O preço médio unitário foi obtido a partir dos preços praticados em estabelecimentos do bairro onde a instituição está localizada, entre o período de 12/09/2019 a 13/09/2019.

** Vegetal A: Abobrinha, acelga, agrião, aipo, alcachofra, alface, almeirão, aspargo, bortalha, berinjela, brócolis, cebola, cebolinha, chicória, couve, coentro, couve-flor, espinafre, jiló, maxixe, palmito, pepino, pimentão, rabanete, repolho, salsa, tomate ** Vegetal B: Abóbora, beterraba, cenoura, chuchu, ervilha verde, nabo, quiabo, vagem.

4.3 O valor total da lista anterior e valor da proposta são meramente para se ter

um referencial para se encontrar o maior desconto a ser aplicado aos produtos vendidos na lanchonete.

4.4 O percentual registrado como lance vencedor, incidirá linearmente sobre os itens constantes no Cardápio Mínimo.

4.5 O licitante vencedor deverá comercializar os itens que compõe o cardápio mínimo pelos valores que estarão na sua proposta de preços ou por preço inferior.

4.6 Os itens constantes na proposta não devem apresentar valores “fracionados” que dificultem a cobrança dos produtos, ou seja, valores como, por exemplo: R\$ 1,67 ou R\$ 1,63. Só será permitida a oferta de produtos com preços tendo como final 5 ou 0, assim como: R\$ 1,60 ou R\$ 1,65. Sendo assim, na formulação da proposta final do licitante melhor classificado, ao incidir o percentual de desconto ofertado sobre a **tabela de valores dos alimentos obrigatórios**, caso o valor para qualquer dos itens da tabela tenha a segunda casa decimal diferente de 0 ou 5, o licitante **deverá** diminuir o valor até que este tenha como último dígito o número 0, ou 5. Por exemplo, caso o valor encontrado seja R\$ 2,63, o licitante deverá reduzir o valor para R\$ 2,60; caso o valor encontrado seja R\$ 3,79, o valor deverá ser reduzido para R\$ 3,75. Os preços dos itens que não fazem parte do cardápio mínimo que compõe este processo, mas que poderão ser comercializados após autorização da Administração, não poderão ser superiores aos praticados no mercado da cidade/região onde será instalada a lanchonete, objeto desta concessão de uso.

4.7 Em caso de prorrogação do contrato, após 12 (doze) meses de vigência, a tabela de preços poderá ser alterada, tomando como base o IPCA dos últimos doze meses, ou outro índice que venha substituí-lo, após confirmação pelo fiscal do contrato de que o preço continua vantajoso para a Administração.

4.8 Os serviços serão prestados no espaço físico destinado para funcionamento da Lanchonete do CEFET/RJ - Campus Maracanã, localizado na Avenida Maracanã 229, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20271-110.

4.9 Produtos que **não** poderão ser vendidos:

4.10.1 Refeições, quentinhas, marmitex ou similares;

4.10.2 Alimentos fritos;

4.10.3 Bebidas alcoólicas;

4.10.4 Energéticos;

4.10.5 Refresco em pó;

4.10.6 Todo e qualquer tipo de tabaco;

4.10.7 Medicamentos ou produtos químico-farmacêutico;

4.10.8 Produtos que não sejam destinado a alimentação e bebida (chaveiros, canetas, roupas, bijuterias, cosméticos e produtos similares).

4.11 O horário de funcionamento deverá ser, minimamente, de segunda-feira a sexta-feira das 7:00h às 21:00h, e aos sábados de 07:00h às 12:00h de forma ininterrupta, nos dias de expediente do *campus*, podendo haver modificação de horário mediante aprovação de ambas as partes.

4.12 O Campus poderá solicitar o funcionamento em caráter excepcional, durante eventos no Campus, realizados fora do horário de atendimento normal da Lanchonete, aos domingos e/ou feriados, onde será solicitada abertura da Lanchonete mediante solicitação do Gestor do Contrato com no mínimo 48 horas de antecedência.

4.13 A critério do *campus* poderá não haver expediente em dias úteis, o que será avisado com antecedência mínima de 1(um) dia antes da ocorrência.

4.14 A CESSIONÁRIA deverá instalar dentro de suas instalações, em local de fácil acesso ao público, **equipamento de VENDING MACHINE** para fornecimento de café expresso e demais bebidas quentes constantes da relação mínima de produtos vendidos (itens 35 a 43).

4.15 O equipamento de VENDING MACHINE deverá aceitar pagamento em dinheiro, cartão de débito, cartão de crédito e vale-refeição, bem como ser capaz de servir pelo menos 300 doses sem necessidade de reposição/interrupção.

4.16 Será de responsabilidade da CESSIONÁRIA a instalação, manutenção e gestão da operação do equipamento de VENDING MACHINE.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS LANCHES

5.1 A cessionária deverá identificar tudo o que for comercializado, com o respectivo nome e data de fabricação.

5.2 Os itens comercializados que não tiverem rótulos deverão ser sempre apresentados ao consumidor com as especificações dos ingredientes que compõem cada item de lanche oferecido, valor calórico, “contém Glúten” (caso tenha) e “contém lactose” (caso tenha).

5.3 A lanchonete deverá sempre ter disponível opções diet para os usuários.

5.4 O método de conservação dos alimentos manipulados, assim como o tempo de temperatura de exposição devem seguir as diretrizes da RDC 216/04.

5.5 É proibido a exposição de propagandas de produtos diferentes dos descritos no item 4.2, salvo com autorização da fiscalização.

5.6 O estabelecimento deve dispor de cardápio com todos os produtos comercializados e seus respectivos preços.

5.7 Os salgados, bolos, sanduíches e afins, deverão ser preparados diariamente, no dia correspondente à venda direta dos produtos.

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. A área objeto da cessão será entregue à cessionária nas condições em que se encontra.

6.2. A lanchonete possui uma área total de aproximadamente 100 m².

6.3. O critério de julgamento da licitação deverá ser pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO SOBRE A RELAÇÃO MÍNIMA DE PRODUTOS**;

6.4. O **PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO SOBRE A RELAÇÃO MÍNIMA DE PRODUTOS** será aplicado em todos os produtos comercializado na Lanchonete.

6.5. O fornecimento dos gêneros e produtos alimentícios, materiais de consumo em geral (utensílios, louças, descartáveis, materiais de higiene e limpeza, entre outros), mão de obra especializada, operacional e administrativa, em quantidades suficientes, para desenvolver todas as atividades previstas, serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária e outros preceitos legais.

6.6. As despesas com gás, bem como sua instalação, serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA.

6.7. Deve haver rígida observância em especial quanto à consistência, princípios nutritivos e demais especificações sendo relevante a higienização e a assepsia das preparações e manipulações. Deve-se seguir o horário de distribuição da alimentação, conforme determinação da contratante.

6.8. **Caberá à empresa CESSIONÁRIA recolher mensalmente a Taxa Mensal de Utilização do Espaço, cujo valor corresponderá ao somatório das seguintes taxas:**

6.8.1. Taxa mensal de ocupação do espaço será de **R\$ 5.248,00 (cinco mil duzentos e quarenta e oito reais)**, sendo aplicado desconto de 75% nos meses de férias/recessos escolares (Janeiro, Julho e Dezembro), podendo ser aplicado desconto, nos demais meses, em caso de paralisação das aulas no campus, conforme item 6.10.

6.8.2. Taxa de uso de água potável, a ser disponibilizada pelo Campus de 5%(cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal do Campus Maracanã do mês anterior, ou medição realizada em equipamento próprio para a aferição real (relógio hídrico ou semelhante);

6.8.3. Taxa de uso de energia elétrica, a ser disponibilizada pelo Campus de Maracanã do mês anterior até a instalação de equipamento próprio para a aferição (relógio medidor de consumo energético). Após a instalação a aferição se dará sob a diferença mensal entre a marcação atual e a realizada no mês anterior. Caso a empresa não realize a instalação do equipamento de aferição no prazo de 6 (seis) meses, a taxa de uso será reajustada para 10%(dez por cento).

- 6.9. O pagamento mensal referente à concessão onerosa deverá ser realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, mediante depósito efetuado por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, a ser emitida via internet, no endereço https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp. As cópias dos comprovantes de pagamentos de que trata este item deverão ser entregues ao fiscal do contrato, no prazo de (05) cinco dias após seu recolhimento.
- 6.10. Em caso de que qualquer tipo de paralisação das Aulas do Campus, que ultrapasse 05 dias corridos dentro de um mês, será concedido desconto de 15% (quinze por cento) sobre a Taxa Mensal de Utilização do Espaço para cada acumulado de 06 dias corridos de paralisação, limitado à 75% (setenta e cinco por cento), mediante requerimento da cessionária.
- 6.11. Em caso de prorrogação do contrato, após 12 (doze) meses de vigência, a Taxa mensal de ocupação do espaço, será reajustada tomando como base o índice IGP-M dos últimos doze meses, ou outro índice que venha substituí-lo, após confirmação pelo fiscal do contrato de que o preço continua vantajoso para a Administração.
- 6.12. No caso de pedido de alteração da tabela de preços, decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses de vigência do contrato, o CEFET/RJ – Campus Maracanã analisará, para cada item, se os novos preços propostos guardam, no mínimo, a mesma diferença percentual oferecida no processo licitatório, em relação aos preços médios de mercado atualizados, por meio de levantamento realizado junto a 3 (três) estabelecimentos.
- 6.13. As alterações decorrentes de Reajustes do contrato serão formalizadas por meio de apostilamento.
- 6.14. Os preços por item do cardápio não poderão ser superiores aos praticados no mercado da cidade onde será instalada a Lanchonete, objeto da concessão de uso.
- 6.15. As benfeitorias, para serem realizadas pela licitante vencedora, nas dependências da lanchonete, dependerão de prévia e expressa

autorização da Prefeitura do *campus* e ficarão incorporadas ao imóvel, sem que assista à licitante vencedora o direito de retenção ou de reclamar indenização a qualquer título.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CESSIONÁRIA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios, mesas e cadeiras suficientes ao público usuário, promovendo sua substituição quando necessário:
 - 7.1.1.A CESSIONÁRIA é a única responsável pela manutenção e reposição dos equipamentos;
 - 7.1.2. As instalações e adaptações que se fizerem necessárias ao funcionamento dos equipamentos serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA, ficando o seu acompanhamento sob a supervisão do *campus* Maracanã;
- 7.2. A CESSIONÁRIA deverá fornecer lixeiras com tampa móvel, acionamento por pedal e sacos de plástico no interior, para toda área do estabelecimento e de acordo com as normas de coleta seletiva ou conforme determinado pelo fiscal do Contrato do Campus;
- 7.3. É vedada a realização de qualquer reforma nas instalações, inclusive hidráulicas e elétricas sem prévia autorização da Prefeitura do *campus*, e após análise do setor competente do CEFET/RJ – *campus* maracanã, devendo as despesas correrem por conta da CESSIONÁRIA, sem direito a ressarcimentos ou compensações.

8. DA ESPECIFICAÇÃO APROXIMADA DO EQUIPAMENTO DE VENDING MACHINE

- 8.1. A Máquina automática de café expresso e bebidas quentes deverá possuir as seguintes características mínimas:
 - 8.1.1.Ser nova ou ter, no máximo, 2 (dois) anos de uso;
 - 8.1.2.Dispensar automaticamente copo, açúcar e palheta, com opção para bebida sem açúcar;
 - 8.1.3.Aceitar moedas e cédulas;
 - 8.1.4.Estar apta a trabalhar com cartão de débito, cartão de crédito e Vale-Refeição;
 - 8.1.5.Ser capaz de servir pelo menos 300 doses sem necessidade de reposição/interrupção;
 - 8.1.6.Comandos acionados pelo próprio usuário, após pagamento devido pelo próprio consumo;

- 8.1.7. Alimentação de água mineral via galão interno ou em caso de alimentação por água encanada, esta deverá passar por tripla filtração;
- 8.1.8. Seleções de bebidas e pré-seleções de açúcar;
- 8.1.9. Dispensa automática de copos e mexedores;
- 8.1.10. Utilização de café em grãos, a serem moídos na hora, e insumos solúveis para o fornecimento de, no mínimo, as seguintes bebidas: Café Expresso, Café Longo, Cappuccino, Café com Leite, Leite, Cappuccino com Chocolate, Chocolate, Cappuccino Avelã e Chá (sabor a critério);
- 8.1.11. Possuir telemetria e completo sistema de higiene, com dispositivos automáticos que eliminam a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos e efetue lavagem a temperatura mínima de 97°C.
- 8.1.12. Disponibilidade externa de adoçante a ser fornecida pela empresa (sachês ou em outro invólucro);
- 8.1.13. Fazer controle de consumo com contabilidade eletrônica inviolável de doses das bebidas.
- 8.2. Sobre os insumos a serem utilizados:
 - 8.2.1. Os insumos a serem utilizados nas máquinas deverão ser de marcas de qualidade comprovada e previamente aprovados pelo Comissão de Fiscalização, tais como:
 - 8.2.1.1. açúcar refinado, marca União ou similar;
 - 8.2.1.2. café em grão de qualidade tradicional com aroma e sabor de categoria intensa, próprio para utilização em máquinas de *vending*, marcas Iguazu, Marcofee, Nestlé ou similar, contendo as seguintes características químicas, comprovadas por meio de laudo de análise emitido por laboratório credenciado pela Vigilância Sanitária: Umidade em g/100g valor máximo 5,0%, resíduo mineral fixo em g/100g valor máximo 5,0%, resíduo mineral fixo insolúvel em ácido clorídrico a 10% v/v, em g/100g valor máximo 1,0%, Cafeína em g/100g valor mínimo 0,7%, Cafeína para o produto descafeinado em g/100g valor máximo 0,1%, Extrato Aquoso em g/100g valor mínimo 25,0%, Extrato Aquoso para o produto descafeinado, em g/100g valor mínimo 20,0%, Extrato Etéreo, em g/100g valor mínimo 8,0%, ponto de torragem escura (moderado);
 - 8.2.1.3. chocolate em pó desenvolvido especialmente para máquinas auto serviço de café expresso e de bebidas quentes, com a seguinte composição mínima por porção de 20g:

| COMPOSIÇÃO | VALORES | |
|--------------------|---------|---------|
| | MÍNIMO | MÁXIMO |
| Valor calórico | 74 Kcal | 83 Kcal |
| Carboidratos | 16g | 20g |
| Proteínas | 0,4g | 0,8g |
| Gorduras totais | 0,0g | 0,6g |
| Gorduras saturadas | 0,0g | 0,2g |
| Gorduras trans | 0,0g | 0,0g |
| Sódio | 20mg | 29mg |
| Fibra alimentar | 0,0g | 1,0g |

8.2.1.4. leite em pó desnatado desenvolvido especialmente para máquinas autosserviço de café expresso e de bebidas quentes, com a seguinte composição mínima por porção de 20g:

| COMPOSIÇÃO | VALORES | |
|--------------------|----------|----------|
| | MÍNIMO | MÁXIMO |
| Valor calórico | 68 Kcal | 71 Kcal |
| Carboidratos | 9,0g | 12g |
| Proteínas | 6,6g | 7,0g |
| Gorduras totais | 0,0g | 0,0g |
| Gorduras saturadas | 0,0g | 0,0g |
| Gorduras trans | 0,0g | 0,0g |
| Sódio | 85mg | 120mg |
| Cálcio | 300mg | 400mg |
| Vitamina A | 120mg RE | 180mg RE |
| Vitamina D | 0,75 mcg | 1,5 mcg |

8.2.1.5. copo plástico descartável de boa qualidade, devendo ser compatível com o equipamento, ser de material apropriado para o uso ao qual se destina;

8.2.1.6. palheta plástica de qualidade comprovada (misturador), compatível com o equipamento e de material apropriado para o uso ao qual se destina;

8.2.1.7. Para a preparação dos produtos, serão consideradas as seguintes quantidades mínimas, por dose:

8.2.1.7.1. café expresso e longo = 6 a 7 gramas;

8.2.1.7.2. leite = 15 gramas de leite;

8.2.1.7.3. café com leite = 6 a 7 gramas de café e 15 gramas de leite;

8.2.1.7.4. cappuccino = 7 gramas de café e 7 gramas de leite;

8.2.1.7.5. cappuccino com chocolate = 7 gramas de café, 7 gramas de chocolate e 7 gramas de leite;

8.2.1.7.6. chocolate = 18 gramas de chocolate;

8.2.1.7.7. chá (sabor a critério);

9. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 dias após a data de assinatura do instrumento de contrato;

- 9.2. A tabela de preços dos lanches e demais produtos, devidamente aprovada pela CEDENTE deverá ser afixada em lugar visível, com os preços atualizados. Não será permitida a inclusão de taxas, tais como comissões e gorjetas, nos preços da tabela, nem a sua cobrança à parte;
- 9.3. Qualquer substância alimentícia não poderá ser exposta à venda a não ser que devidamente protegida contra poeira, insetos e outras formas de deterioração;
- 9.4. No acondicionamento ou embalagem não poderá haver contato direto dos alimentos com jornais, papéis coloridos ou filmes plásticos usados ou qualquer invólucro que possa transferir ao alimento substâncias contaminantes;
- 9.5. Proibições no interior da Lanchonete:
 - 9.5.1. Fumar;
 - 9.5.2. A entrada ou a permanência de quaisquer animais;
 - 9.5.3. Ter em depósito, substâncias nocivas à saúde ou que possam alterar, adulterar, fraudar ou falsificar alimentos (saneantes, desinfetantes e produtos similares);
 - 9.5.4. Utilização de aparelhos de som, rádios, televisores e similares que possam produzir ruídos e servir para dispersão de alunos.
- 9.6. A CESSIONÁRIA deverá realizar ações eficazes e contínuas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, abrigo, acesso e ou proliferação dos mesmos;
- 9.7. A manutenção diária das instalações, tais como: higienização, limpeza e conservação de pisos, paredes, mesas, equipamentos e de todas dependências, é de inteira responsabilidade da CESSIONÁRIA;
- 9.8. A manutenção, conservação e reparos da rede hidráulica e elétrica no ambiente objeto da concessão é de responsabilidade da CESSIONÁRIA;
- 9.9. A Cessionária deverá responsabilizar-se pelo acondicionamento interno e externo dos resíduos, até que sejam coletados;
- 9.10. O lixo deverá ser disposto adequadamente em recipientes de fácil limpeza, em sacos plásticos (devem ser providos com tampas acionadas por pedal).
- 9.11. A cessionária deverá encarregar-se da coleta de lixo, observando que o mesmo não poderá ser acumulado nas dependências do Campus Maracanã do CEFET/RJ.

10.DA VISTORIA

- 10.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00, devendo, obrigatoriamente, o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2566-3180;

- 10.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
- 10.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

11. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- 11.1. Ceder o local para o desenvolvimento das atividades da CESSIONÁRIA
- 11.2. Indicar uma comissão, que fiscalizará periodicamente o cumprimento das obrigações pela CESSIONÁRIA procedendo a verificação que julgar necessária;
- 11.3. Permitir a entrada no âmbito do CEFET/RJ dos empregados da CESSIONÁRIA, desde que devidamente identificados;
- 11.4. Autorizar a entrada de todo material e equipamentos no âmbito o Campus;
- 11.5. Observar se o serviço está sendo prestado conforme proposto e com qualidade;
- 11.6. Exigir limpeza periódica das instalações físicas como prática de higiene e conservação do ambiente;
- 11.7. Realizar vistorias periódicas agendadas ou não com a Cessionária;
- 11.8. Verificar a conformidade da execução do serviço com os termos do edital;
- 11.9. Interditar as instalações da CESSIONÁRIA, quando verificar desleixo na higienização do local;
- 11.10. Acompanhar o adimplemento das obrigações contratuais da CESSIONÁRIA;
- 11.11. Designar o Gestor do Termo de Concessão Administrativa de Uso;
- 11.12. Instituir a Comissão de Fiscalização das Cessionárias;
- 11.13. Disponibilizar pontos de água e energia elétrica, não se responsabilizando, porém, por quaisquer consequências decorrentes de interrupções no fornecimento provocados pelos fornecedores;
- 11.14. A fiscalização patrimonial e de pagamento de encargos financeiros: aluguel, água, luz, etc. será feita pelo Fiscal Setorial do CEFET/RJ ou por quem a Direção Geral determinar;
- 11.15. A fiscalização técnica será exercida por meio de Comissão de Fiscalização designada para este fim ou por prepostos designados, aos quais competirá o acompanhamento, fiscalização e aferição sobre os serviços objeto desta Concessão, que, dentre outras atribuições, terá poderes para estabelecer os controles necessários sobre os itens:
 - 11.15.1. Alimentos/cardápio
 - 11.15.1.1 Aprovar a relação de produtos a serem comercializados, podendo introduzir as modificações que se

evidenciarem convenientes, observando o padrão de qualidade.

11.15.1.2 Fiscalizar a elaboração dos alimentos, exigindo da Cessionária a correção na execução dos serviços, com base nos preceitos de qualidade, prestação e higiene.

11.15.1.3 Fiscalizar a distribuição dos alimentos e lanches, visando o atendimento, a todos os usuários com correção, satisfação e cortesia.

11.15.1.4 Impugnar os gêneros, condimentos e demais ingredientes utilizados no preparo dos lanches, quando de qualidade inferior ou em mau estado, bem como controlar a qualidade dos alimentos e lanches.

11.15.1.5 Verificar a assepsia dos equipamentos, dos utensílios e vasilhames, bem como a higiene das instalações, salões de distribuição, cozinha (almoxarifado, banheiros, etc.) e equipamentos;

11.15.2. Funcionários

11.15.2.1 Solicitar o imediato afastamento ou substituição de qualquer empregado da Cessionária, inclusive dos que embarçarem ou dificultarem sua ação, fiscalização, ou cuja permanência seja considerada inconveniente;

11.15.2.2 Exigir a apresentação das Carteiras de Trabalho ou outro documento de vínculo, na forma da lei, e os exames médicos de acordo com a legislação em vigor, bem como o uso obrigatório do uniforme estabelecido para o serviço;

11.15.2.3 Exigir a alteração do número mínimo de funcionários, em função do volume de serviço sem que haja alteração do preço dos serviços;

11.15.3. Cumprimento contratual

11.15.3.1 Notificar, por escrito, a Cessionária, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do Termo de Concessão de uso, solicitando providências para regularização das mesmas;

11.15.3.2 Fiscalizar rigorosamente o acondicionamento e a conservação dos alimentos;

12. OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

12.1. A Cessionária deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço e, ainda:

12.1.1. Cumprir, rigorosamente, os prazos estabelecidos sujeitando-se às penalidades e multas descritas no Edital e Anexos;

- 12.1.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.1.3. A Cessionária deverá disponibilizar aos usuários, as **formas de pagamento** usualmente utilizadas pelo comércio, como máquinas de recepção de **Cartões de Crédito, Cartão de Débito, Vale Refeição, além de dinheiro em espécie.**
- 12.1.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CEDENTE, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.1.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.1.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.1.8. Arcar com despesas decorrentes de infração seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do Campus Maracanã;
- 12.1.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.1.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.1.11. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.1.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

- 12.1.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, os alertando a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CESSIONÁRIA relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.1.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.1.18. Contratar nutricionista, com registro no Conselho Regional de Nutrição – 4ª região (necessária comprovação ao fiscal do contrato), para ser o responsável técnico pelo estabelecimento;
- 12.1.19. Apresentar Manual de Boas Práticas de Fabricação assinado por nutricionista com registro no conselho regional de nutrição – 4ª região (CRN-4), até o final do segundo mês de execução do serviço à fiscalização do CEFET/RJ;
- 12.1.20. Realizar Coleta de Amostra da seguinte forma: Diariamente, durante o porcionamento, deverão ser coletadas **02** (duas) amostras de todas as preparações fornecidas, que deverão ser armazenadas em temperaturas adequadas por 72 (setenta e duas) horas, obedecendo aos critérios técnicos adequados para coleta e armazenamento segundo a legislação vigente.
- 12.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.1.22. A limpeza total da cantina (cozinha, área de atendimento – interna e externa e equipamentos) deverá ser diária, sob a responsabilidade da Cessionária.
- 12.1.23. O material de limpeza e a retirada do lixo interno são de responsabilidade da **Cessionária**.
- 12.1.24. A Cessionária deverá disponibilizar, internamente, lixeiras de coleta seletiva, em local de fácil acesso ao público para o descarte adequado dos produtos comercializados.

- 12.1.25. A **Cessionária** deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com frequência necessária para manter a higiene local, ou sempre que solicitado pela fiscalização do **CEFET/RJ**.
- 12.1.26. As Empresas responsáveis pelo serviço de desinsetização e desratização deverão apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.
- 12.1.27. As Empresas deverão apresentar informações seguras sobre o uso de inseticidas utilizados, especialmente quando à toxicidade e ao tempo de ausência do local. Os responsáveis pela aplicação destes inseticidas deverão usar uniformes e outros equipamentos de acordo com a legislação em vigor.
- 12.1.28. A Cessionária ficará responsável pela preparação do local a ser dedetizado e desratizado providenciando retirada de alimentos, utensílios etc.

13.SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15.CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
- 15.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CESSIONÁRIA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CESSIONÁRIA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CESSIONÁRIA que:
 - 16.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 16.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 16.1.3. Fraudar na execução do contrato;
 - 16.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 16.1.5. Cometer fraude fiscal;
 - 16.1.6. Não mantiver a proposta.

- 16.2. A CESSIONÁRIA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 16.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 16.2.2. Multa moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez) dias**;
 - 16.2.3. Multa compensatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 16.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 16.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade contratante, pelo prazo de até **02 (dois) anos**;
 - 16.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no **SICAF** pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;
 - 16.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 16.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 16.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo

da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2019.

Marcos Vinicius T. da Costa
SIAPE 1772320

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

Instrumento de avaliação mensal da CONTRATANTE
para avaliar a satisfação do serviço da CESSIONÁRIA.

| | | |
|--|---|----------------------------|
|  | Pesquisa de satisfação do serviço de fornecimento de lanches do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ <i>Campus Maracanã</i> | MÊS: ANO: |
| <p>() ALUNO () SERVIDOR</p> <p>Avalie conforme a legenda:</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; margin-top: 10px;"> Insatisfeito Neutro Satisfeito </div> | | |
| <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div style="width: 20%; height: 15px; background-color: red; border: 1px solid black; position: relative;"> 1 </div> <div style="width: 20%; height: 15px; background-color: orange; border: 1px solid black; position: relative;"> 2 </div> <div style="width: 20%; height: 15px; background-color: yellow; border: 1px solid black; position: relative;"> 3 </div> <div style="width: 20%; height: 15px; background-color: lightyellow; border: 1px solid black; position: relative;"> 4 </div> <div style="width: 20%; height: 15px; background-color: lightgreen; border: 1px solid black; position: relative;"> 5 </div> </div> | | |
| Itens Avaliados | | Satisfação |
| 1. Modo de preparo de lanches (mal cozido, cozido demais, preparação queimada, preparação dura demais) | 1 | 2 3 4 5 |
| 2. Apresentação de lanches (sujeidades, capricho) | 1 | 2 3 4 5 |
| 3. Temperos usados nos lanches (alho, sal, cebola e outros) | 1 | 2 3 4 5 |
| 4. Relacionamento dos funcionários da lanchonete com os clientes | 1 | 2 3 4 5 |
| 5. Higiene (limpeza e organização) | 1 | 2 3 4 5 |
| 6. Reposição dos alimentos no balcão de alimentos | 1 | 2 3 4 5 |
| 7. Disponibilidade de alimentos vendidos | 1 | 2 3 4 5 |
| 8. Temperatura dos lanches | 1 | 2 3 4 5 |
| 9. Variedade de alimentos vendidos | 1 | 2 3 4 5 |
| 10. Disponibilidade de utensílios (bandeja, talheres, copos, entre outros) | 1 | 2 3 4 5 |
| Observações: | | |

ANEXO III

CHECKLIST (Lista de Verificação)

Instrumento de avaliação mensal da CONTRATANTE
para avaliar as boas práticas da CONTRATADA

| Avaliação | Sim | Não | OBSERVAÇÕES |
|--|-----|-----|-------------|
| 1. ÁREA INTERNA: | | | |
| 1.1 Área interna livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente? | | | |
| 2. HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES: | | | |
| 2.1 Frequência de higienização das instalações adequada? | | | |
| 2.2 Existência de registro da higienização? | | | |
| 2.3 Produtos de higienização identificados e guardados em local adequado? | | | |
| 2.4 Higienização adequada? | | | |
| 3. MANEJO DOS RESÍDUOS: | | | |
| 3.1 Recipientes para coleta de resíduos no interior do estabelecimento de fácil higienização e transporte, devidamente identificados e higienizados constantemente? Uso de sacos de lixo apropriados? Recipientes tampados com acionamento não manual? | | | |
| 3.2 Retirada frequente dos resíduos da área de processamento, evitando focos de contaminação? | | | |
| 4 MÓVEIS: (mesas, cadeiras, bancadas, vitrines, estantes, equipamentos) | | | |
| 4.1 Número suficiente, de material apropriado, resistentes, impermeáveis; em adequado estado de conservação, com superfícies íntegras? | | | |
| 5 UTENSÍLIOS: | | | |
| 5.1 Armazenamento em local apropriado, de forma organizada e protegidos contra a contaminação? | | | |
| 6 HIGIENIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MAQUINÁRIOS, E DOS MÓVEIS E UTENSÍLIOS: | | | |
| 6.1 Frequência de higienização adequada? | | | |
| 6.2 Existência de registro da higienização? | | | |
| 6.3 Produtos de higienização identificados e guardados em local adequado? | | | |
| 6.4 Adequada higienização? | | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| 7 MANIPULADORES: | | | |
| 7.1 Utilização de uniforme de trabalho de cor clara, adequado à atividade e exclusivo para área de produção? | | | |
| 7.2 Uniformes limpos e em adequado estado de conservação e em quantidade (mínimo 2 uniformes para cada manipulador)? | | | |
| 7.3 Lavagem cuidadosa das mãos antes da manipulação de alimentos, principalmente após qualquer interrupção e depois do uso de sanitários? | | | |
| 7.4 Manipuladores não espirram sobre os alimentos, não cospem, não tosse, não fumam, não manipulam dinheiro ou não praticam outros atos que possam contaminar o alimento? | | | |
| 8 MATÉRIA-PRIMA, INGREDIENTES E EMBALAGENS: | | | |
| 8.1 Acondicionamento adequado das embalagens a serem utilizadas? | | | |
| 8.2 Rede de frio adequada ao volume e aos diferentes tipos de matérias-primas e ingredientes? | | | |
| 8.3 Dizeres de rotulagem com identificação visível e de acordo com a legislação vigente? | | | |
| 8.4 Armazenamento em local limpo e conservado? | | | |
| 9 ITENS GERAIS: | | | |
| 9.1 Tabela de preços de todos os itens dispostos à venda está fixada próximo ao caixa? | | | |
| 9.2 Oferta mínima de alimentos do almoço obedece ao exigido no edital, diariamente? | | | |
| 9.3 Todos os alimentos vendidos na lanchonete estão dentro do prazo de validade? | | | |
| 9.4 A lanchonete possui nutricionista, com registro no CRN-4 que responde como responsável técnico? | | | |
| CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO: | | | |
| <input type="checkbox"/> GRUPO 1 - 76 A 100% de atendimento dos itens <input type="checkbox"/> GRUPO 2 - 51 A 75% de atendimento dos itens <input type="checkbox"/> GRUPO 3 - 0 A 50% de atendimento dos itens | | | |

RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO:

Nome do responsável: _____

Assinatura do responsável: _____

Matrícula: _____

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:

Nome do responsável do estabelecimento: _____

Assinatura do responsável do estabelecimento:

DATA: _____ de _____ de _____ .

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

- EMPRESA:
- CNPJ:
- ENDEREÇO:
- CIDADE/ESTADO:
- TELEFONE:

| Item | Especificação | Valor Global estimado dos alimentos obrigatórios | Percentual de desconto | Valor final (R\$) |
|------|--|--|------------------------|-------------------|
| 1 | Serviços de lanchonete , voltada ao fornecimento de lanches , visando atender as demandas do corpo docente, discente e administrativo do Campus Maracanã do CEFET/RJ | R\$ 183,80 | % | |

| Item | Produto | Observações | Quantidade / porção | Preço médio unitário (R\$) | Percentual de desconto | Valor Final (R\$) |
|------|---------------------|---|---------------------|----------------------------|------------------------|-------------------|
| 1 | Água sem gás | - Garrafa pet | 510ml | 3,00 | | |
| 2 | Água com gás | - Garrafa pet | 510ml | 3,50 | | |
| 3 | Água de coco | - Copo ou garrafa | 300ml | 4,00 | | |
| 4 | Café comum | - Copo | 150ml | 2,50 | | |
| 5 | Chá | - Lata - O extrato do chá deve ser o primeiro ou segundo item da lista de ingredientes - Sem adição de açúcar | 330ml | 6,00 | | |
| 6 | Chá | - Copo - Preparado com erva 100% natural em água, feito no local, sem adição de conservantes e xaropes | 300ml | 4,50 | | |
| 7 | Chá Gelado (IceTea) | - Garrafa ou Lata | 300ml | 4,90 | | |

| | | | | | | |
|-----------|---|--|-----------|------|--|--|
| 8 | Guaraná natural pronto industrializado - | - Copo | 290ml | 2,00 | | |
| 9 | Guaraná natural pronto industrializado - | - Garrafa | 500ml | 4,50 | | |
| 10 | logurte integral | - Pote | 100g | 3,00 | | |
| 11 | Suco de frutas industrializado | - Lata ou Garrafa Pet - Mínimo de 3 sabores - 100% fruta | 300ml | 4,90 | | |
| 12 | Suco natural da fruta ou de polpa de fruta | - Copo - 50% de polpa minimamente - Mínimo de 3 opções de frutas | 300ml | 5,50 | | |
| 13 | Refrigerante natural / Suco natural com gás | - Garrafa - Sem adição de açúcar - Sem conservantes - Sem corantes artificiais - mínimo de 82% de suco | 250ml | 6,50 | | |
| 14 | Refrigerante natural / Suco natural com gás | - Lata - Sem sódio - Sem conservantes - Sem ingredientes artificiais | 350ml | 5,50 | | |
| 15 | Vitamina de frutas | - Copo - Mínimo de 3 opções de frutas - Leite integral e desnatado | 300ml | 6,50 | | |
| 16 | Açaí | - Copo - Mínimo de 1 opção de fruta | 300ml | 6,00 | | |
| 17 | Croissant integral | - Mínimo de 120g Recheio de frango | 1 unidade | 4,50 | | |
| 18 | Croissant integral | - Mínimo de 120g Recheio de queijo minas | 1 unidade | 4,50 | | |
| 19 | Esfirra | - Mínimo de 120g | 1 unidade | 4,00 | | |

| | | | | | | |
|-----------|-------------------|---|-----------|------|--|--|
| | | Recheio de frango | | | | |
| 20 | Esfirra | - Mínimo de 120 g Recheio de carne moída | 1 unidade | 4,00 | | |
| 21 | Esfirra | - Mínimo de 120 g Recheio de ricota com espinafre | 1 unidade | 4,00 | | |
| 22 | Joelho | - Mínimo de 120 g Recheio de queijo e presunto | 1 unidade | 4,00 | | |
| 23 | Misto quente | - Peso mínimo de 100g Recheio de queijo e presunto | | 5,00 | | |
| 24 | Pão de queijo | - 5 unidades médias (25g) | 1 porção | 3,00 | | |
| 25 | Pão na chapa | - Peso mínimo de 100g | 1 porção | 2,50 | | |
| 26 | Pastel assado | - Mínimo de 120g Recheio de carne moída | 1 unidade | 4,00 | | |
| 27 | Pastel assado | - Mínimo de 120g Recheio de frango | 1 unidade | 4,00 | | |
| 28 | Pastel integral | - Mínimo de 120g Recheio de queijo minas | 1 unidade | 4,50 | | |
| 29 | Pastel integral | - Mínimo de 120g Recheio de frango | 1 unidade | 4,50 | | |
| 30 | Picolé de fruta | - Mínimo 3 sabores - A polpa da fruta relativa ao sabor deve ser o primeiro item da lista de ingredientes | 1 unidade | 5,00 | | |
| 31 | Salada de frutas | - Copo - Mínimo de 4 tipos de frutas da estação por copo | 300ml | 5,50 | | |
| 32 | Salgado Vegano | - Mínimo de 120 g e 1 opção de recheio - Salgado feito apenas com alimentos de origem vegetal | | 4,50 | | |
| 33 | Sanduíche natural | - Pão comum e pão integral | 1 unidade | 7,50 | | |

| | | | | | | |
|----|--|--|-----------|------|--|--|
| | | Mínimo de 2 opções de recheio - Peso mínimo de 200g - Deve ter minimamente um tipo de vegetal A ou B** | | | | |
| 34 | Tapioca | - Mínimo 150g e três opções de recheio | 1 unidade | 9,00 | | |
| 35 | Café Expresso – (vending machine) | Porção mínima de 50 ml | 1 unidade | 2,00 | | |
| 36 | Café Longo – (vending machine) | Porção mínima de 70 ml | 1 unidade | 2,00 | | |
| 37 | Chá – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 | | |
| 38 | Cappuccino – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 | | |
| 39 | Café com leite – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 | | |
| 40 | Leite – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 | | |
| 41 | Cappuccino c/Chocolate – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 3,00 | | |
| 42 | Chocolate – (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 4,00 | | |
| 43 | Cappuccino Avelã (vending machine) | Porção mínima de 110 ml | 1 unidade | 4,00 | | |

Prazo de validade da proposta: **60 dias**.

Declaramos ainda, que concordamos com todos os termos do Edital do **Pregão Eletrônico Nº ____/2019**.

Preço Total por Extenso:

Local, _____ de _____ de 2019

Representante Legal da Empresa

ANEXO V

DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

CEP: _____

Cidade: _____ UF: _____

E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ c/c: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

Identidade nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Estado civil: _____

ASSINATURA

[Nome do Representante Legal da Empresa]
sócio, dirigente, proprietário ou procurador da Licitante,
Cargo / Telefone

ANEXO VI

| | |
|--------------------------|--|
| TERMO DE VISTORIA | () 1ª Via Empresa vistoriante |
| | () 2ª Via Campus vistoriado |

Atestamos, para fins de participação no **Pregão Eletrônico nº 45/2019**, que a Empresa _____, CNPJ nº _____, telefone () _____, e-mail _____, por meio do Sr(a). _____, Cargo _____ e CPF nº _____, vistoriou o local destinado ao espaço para Lanchonete do Campus Maracanã do **CEFET/RJ**, objeto da concessão de uso, situado na Avenida Maracanã, nº 229, pavimento térreo do Bloco C, Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.271-110, tomando conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações do objeto da Licitação.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2019.

[Assinatura e carimbo do servidor responsável]

Campus Maracanã do CEFET/RJ

[Representante da empresa responsável pela vistoria acima identificado]

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23063.003134/2019-03

A empresa _____, CNPJ Nº _____.____/____-____, por intermédio do (a) Senhor (a) _____, indicado expressamente como seu representante, **declara** ter conhecimento do espaço físico, local destinado ao espaço para Lanchonete do Campus Maracanã do **CEFET/RJ**, objeto da concessão de uso, dispensando a necessidade da vistoria *in loco* prevista no Edital de **Pregão nº 45/2019**.

Declara, ainda, que se responsabiliza pela citada dispensa e por situações supervenientes.

Reafirmamos que nos fora dado, mediante cláusula expressa do Edital, acesso às instalações físicas do **Campus Maracanã do CEFET/RJ**, porém a dispensamos por julgarmos suficientes as informações prestadas no Instrumento Convocatório e, em especial, no Termo de Referência.

Local, ____ de _____ de 2019.

(signatário titular da empresa)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2019

PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ FONE/FAX:(0xx) _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico Nº ____/2019, instaurado pelo **CEFET-RJ**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes e da obrigatoriedade do cumprimento, no que couber, ao que estabelece o art. 4º do Decreto nº 7746/2012, alterado pelo Decreto nº 9.178/2017, e ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, e suas alterações.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

_____ de _____ de 2019.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

ANEXO IX

MINUTA DO TERMO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA
FONSECA**

TERMO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO N.º ____/2019, PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE LANCHONETE, VOLTADA AO FORNECIMENTO DE LANCHES, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA – CEFET/RJ E DE OUTRO LADO A EMPRESA _____.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano dois mil e dezenove, de um lado o **CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, à Avenida Maracanã, nº 229 - Maracanã – RJ, inscrito no CNPJ nº 42.441.758/0001-05, a seguir denominado simplesmente **CEFET/RJ**, vinculado ao Ministério da Educação, neste ato representado pelo Diretor-Geral Pro Tempore, Marcelo de Sousa Nogueira, nomeado pela Portaria nº 1.841, de 24 de outubro de 2019, publicada no *DOU* de 25 de outubro de 2019, inscrito no CPF nº. 002.610.617-55, portador da Carteira de Identidade nº 081158727, expedida pela DIC/RJ, e de outro lado a **EMPRESA _____**, com sede na _____, telefone _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CESSIONÁRIA**, neste ato representada por _____, RG nº _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado em _____, têm justo e acordado celebrar o Termo de Concessão Administrativa de Uso, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2019**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, da Lei nº 8.078/90 de 11/09/90, da Lei Complementar nº 123/06 regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, da Lei nº 6.120, de 15/10/74, da Lei nº 9.636, de 15/05/98, do Decreto nº 3.725, de 10/01/2001, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e demais normas, reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo, a **Concessão Administrativa de Uso de**

Espaço Físico, a título oneroso, localizado nas dependências do Campus Maracanã do CEFET/RJ, para empresa especializada na exploração de serviços de Lanchonete, voltada ao fornecimento de lanches, visando atender as demandas do corpo docente, discente e administrativo do campus.

- 1.2. O espaço físico da lanchonete, objeto da concessão de uso, corresponde a uma área total de aproximadamente 100m² e fica localizado na Avenida Maracanã, nº 229, Bloco C - Pavimento Térreo, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.271-110.
- 1.3. A Concessão Administrativa de Uso de Espaço Físico aqui tratada obedecerá fiel e integralmente ao **Edital de Pregão Eletrônico nº 45/2019** e a proposta da CESSIONÁRIA, ambos constantes no **processo administrativo nº 23063.003134/2019-03**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento. Na hipótese de divergência entre os documentos retrocitados, prevalecerão sempre, na ordem que estão mencionados: o Edital, o Termo de Concessão e a Proposta.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

- 2.1. As obrigações da Cessionária são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- 3.1. As obrigações da CEDENTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E PAGAMENTO

- 4.1. A **Cessionária** pagará ao **CEFET/RJ, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido**, a importância de **R\$ 5.248,00 (cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais)**, mediante depósito bancário na Conta Única do Governo Federal no Banco do Brasil S/A, através de Guia de Recolhimento da União - GRU.

- 4.1.1. Nos meses de janeiro, julho e dezembro, em razão de férias/recessos escolares, será concedido desconto de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor mensal pago pela cessionária ao CEFET/RJ a título de arrendamento pela utilização do espaço físico, podendo ser aplicado desconto, nos demais meses, em caso de paralisação das aulas no campus, conforme o disposto a seguir:

- 4.1.1.1. Em caso de qualquer tipo de paralisação das aulas do campus,

que ultrapasse 05 dias corridos dentro de um mês, será concedido desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal pago pela utilização do espaço físico, para cada acumulado de 06 dias corridos de paralisação, limitado à 75% (setenta e cinco por cento), mediante requerimento da cessionária.

- 4.2. A composição do valor de arrendamento mensal de **R\$ 5.248,00 (cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais)** baseia-se na Portaria nº 1.422 de 19 de dezembro de 2016 – Retribuição Pecuniária Mínima – Ocupação de Espaço Permanente.

Cálculo: taxa nominal atualizada(0,16) x área(100,00 m²) x total de horas ocupadas:328h [(22*14) + (4*5)].

- 4.3. O valor a ser pago mensalmente pela cessionária ao CEFET/RJ, a título de arrendamento pela utilização do espaço físico, levando em consideração a área ocupada e os fins a que se destina, será **acrescido dos valores das taxas de consumos estimados de energia elétrica e água.**

4.3.1. Taxa de uso de energia elétrica, a ser disponibilizada pelo Campus de 5%(cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal do Campus Maracanã do mês anterior até a instalação de equipamento próprio para a aferição (relógio medidor de consumo energético). Após a instalação a aferição se dará sob a diferença mensal entre a marcação atual e a realizada no mês anterior. Caso a empresa não realize a instalação do equipamento de aferição no prazo de 6 (seis) meses, a taxa de uso será reajustada para 10%(dez por cento).

4.3.2. Taxa de uso de água potável, a ser disponibilizada pelo Campus de 5%(cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal do Campus Maracanã do mês anterior, ou medição realizada em equipamento próprio para a aferição real (relógio hídrico ou semelhante).

5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

- 5.1. O preço estabelecido no Termo de Concessão Administrativa de Uso permanecerá fixo e **irreajustável** durante o interregno mínimo de **12 (doze) meses**. Após esse período, o reajuste dar-se-á de acordo com a variação do Índice **Geral de Preços do Mercado - IGPM**, apurados nos últimos **12 (doze) meses**, ou outro índice que venha substituí-lo.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6.1. O Termo de Concessão Administrativo de Uso terá a duração de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado no prazo máximo legal de **60 (sessenta) meses**, mediante celebração de Termo Aditivo, em conformidade com o *caput* do art. 57 da Lei 8.666/93.
- 6.2. A vigência do Termo de Concessão Administrativa de Uso dar-se-á a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após publicação no Diário Oficial da União.
- 6.3. A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e ser autorizada pela Direção Geral do **CEFET/RJ**.
- 6.4. A Cessão poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independente de indenização, conforme prevê o Decreto nº 3.725/2001, Art. 13, inciso VI.

7. CLÁUSULA SÉTIMA- DA GARANTIA

- 7.1. A Cessionária prestará garantia, em uma das modalidades previstas no Art. 56 § 1º da Lei 8.666/93, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual do arrendamento, objeto do Termo de Concessão Administrativa de Uso, no prazo de **10 (dez) dias úteis** após a assinatura, observadas as condições previstas no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DO TERMO DE CONCESSÃO

- 8.1. A vigência do Termo de Concessão Administrativa de Uso dar-se-á a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após publicação do extrato no Diário Oficial da União.
- 8.2. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do Termo de Concessão que guardem absoluta conformidade com a Minuta, em expressão e substância, sendo condições gerais e essenciais, além do estabelecido na Lei 8.666/93.
- 8.3. O prazo de vigência da concessão de uso é de **12 (doze) meses**, cabendo prorrogação através de Termo Aditivo, até o prazo máximo legal de **60 (sessenta meses)**, se perdurar o interesse público, devendo obedecer, entretanto, ao *caput* do Artigo 57 da Lei 8.666/93.
- 8.4. A Cessionária deverá prestar garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Termo de Concessão Administrativa de Uso, de acordo com o Artigo 56 da Lei 8.666/93.
- 8.5. Fica a critério da Cessionária a contratação de seguros contra roubo e incêndio, sendo que a ocorrência de tais eventos é de inteira responsabilidade da Cessionária, não podendo de maneira alguma imputá-la ao Campus Maracanã do **CEFET/RJ**.
- 8.6. O horário de funcionamento da Lanchonete deverá ser, minimamente, de

segunda-feira a sexta-feira das 7:00h às 21:00h, e aos sábados de 07:00h às 12:00h de forma ininterrupta, nos dias de expediente do *campus*, podendo haver modificação de horário mediante aprovação de ambas as partes.

- 8.7. O Campus poderá solicitar o funcionamento em caráter excepcional, durante eventos no Campus, realizados fora do horário de atendimento normal da Lanchonete, aos domingos e/ou feriados, onde será solicitada abertura da Lanchonete mediante solicitação do Gestor do Contrato com no mínimo 48 horas de antecedência.
- 8.8. A critério do campus poderá não haver expediente em dias úteis, o que será avisado com antecedência mínima de 1(um) dia antes da ocorrência.
- 8.9. A Cessionária deverá indicar ao Campus Maracanã do CEFET/RJ o nome de seu preposto ou funcionário com competência para representá-la perante a Fiscalização.
- 8.10. A Cessionária deverá encarregar-se da coleta de lixo, observando que o mesmo não poderá ser acumulado nas dependências do Campus Maracanã do **CEFET/RJ**.
- 8.11. As despesas com gás, bem como sua instalação, serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA.
- 8.12. **A Cessionária deverá atender a todas as obrigações inclusas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**
- 8.13. Não será admitida a sublocação do objeto licitatório.

9. CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS DOS PRODUTOS A SEREM COMERCIALIZADOS

- 9.1. Os preços dos produtos a serem comercializados serão aqueles apresentados na proposta de preço ou preço inferior, não podendo ser superiores aos fixados pela administração, conforme tabela disposta no subitem 4.2 do Termo de Referência, anexo I do Edital.
- 9.2. Para os itens não obrigatórios de comercialização, a Cessionária só poderá iniciar a venda dos produtos após a autorização da Administração e os preços dos itens não poderão ser superiores aos praticados no mercado da cidade/região onde será instalada a lanchonete, objeto da concessão de uso
- 9.3. **As regras para reajuste do valor dos alimentos são aquelas estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).**
- 9.4. A tabela de preços dos lanches e demais produtos, devidamente aprovada pela CEDENTE, deverá ser afixada em lugar visível, com os preços atualizados. Não será permitida a inclusão de taxas, tais como comissões e gorjetas, nos preços da tabela, nem a sua cobrança à parte.
- 9.5. A Cessionária deverá disponibilizar aos usuários, as **formas de pagamento** usualmente utilizadas pelo comércio, como máquinas de recepção de **cartões de Crédito, Cartão de Débito, Vale Refeição, além de dinheiro em espécie.**

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A Fiscalização do fiel cumprimento do objeto da concessão será de competência e responsabilidade exclusiva do Campus Maracanã do **CEFET/RJ**, a quem caberá verificar se, no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos os termos do Edital, assim como praticar todos os atos que se fizerem necessários, para a fiel execução dos serviços contratados.
- 10.2. A Fiscalização efetivar-se-á no local dos serviços, por servidores do Campus Maracanã do **CEFET/RJ**, previamente designados.
- 10.3. A Fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o final do Termo de Concessão e será exercida no interesse exclusivo do Campus Maracanã do **CEFET/RJ**, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **Cessionária**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade.
- 10.4. As demais cláusulas sobre a fiscalização de competência e responsabilidade da Cedente encontram-se previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS BENFEITORIAS

- 11.1. A realização de qualquer intervenção e/ou benfeitoria no imóvel dependerá sempre de prévia autorização, por escrito, da Direção do Campus Maracanã do CEFET/RJ e se incorporará ao imóvel, sem que caiba qualquer indenização à Cessionária.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DESOCUPAÇÃO

- 12.1. A Cessionária deverá devolver a área, findo o prazo estipulado no contrato, nas condições em que a recebeu ou nas condições cujas alterações foram consentidas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. As regras para aplicação de sanções administrativas são aquelas estabelecidas no **Termo de Referência** (Anexo I do Edital de Licitação).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 14.1. A inexecução total ou parcial do Termo de Concessão Administrativa de Uso ensejará sua rescisão de pleno direito e independente de interpelação judicial ou extrajudicial, constituindo-se em motivos o disposto no Artigo 78 da Lei 8.666/93, ou quando:
 - a) A paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Campus Maracanã do **CEFET/RJ** for superior a **05 (cinco) dias**

consecutivos;

b) As queixas tiverem comprovação concreta e substanciada por sindicância administrativa;

c) quando a **Cessionária** atrasar até **90 (noventa) dias** o pagamento do arrendamento.

14.2. A rescisão contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CEFET/RJ**, amigável, por acordo entre as partes ou judicial nos termos da legislação, devendo obedecer aos Artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO

15.1. Constitui-se em motivos para extinção de pleno direito do Termo de Concessão Administrativa de Uso a:

a) Caducidade;

b) Rescisão;

c) Anulação;

d) Falência ou extinção da Cessionária.

15.2. Extinta a Concessão Administrativa de Uso haverá a imediata assunção dos serviços concedidos procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. O Termo de Concessão Administrativa de Uso, bem como os Aditamentos, deverão ser publicados no DOU, na forma do Parágrafo Único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA NOVAÇÃO

17.1. Se o Campus Maracanã do **CEFET/RJ** não se valer de quaisquer dos direitos que lhe são assegurados neste Termo ou na Lei em geral, ou não aplicar quaisquer sanções nele previstas, isso não importará em novação, nem em desistência de ações judiciais ou extrajudiciais posteriores. Todos os recursos judiciais ou extrajudiciais que dispõe ao Campus Maracanã do **CEFET/RJ** neste Termo serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. É vedado conferir à área ocupada destinação diversa da prevista no Termo de Concessão Administrativa de Uso;

18.2. Havendo alteração unilateral do Termo que aumente os encargos da **Cessionária**, o **CEFET/RJ** deverá restabelecer, por apostilamento, conforme § 8º, art. 65 da Lei 8.666/93;

18.3. **Não será permitida sublocação.**

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir as questões oriundas do Termo de Concessão Administrativa de Uso, que não puderem ser resolvidas pelas vias administrativas, resguardada a competência exclusiva da Justiça Federal.

19.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Concessão Administrativa de Uso foi lavrado **3 (três) vias** de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Diretor-Geral Pro Tempore do CEFET/RJ

CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

_____ CPF: _____

_____ CPF: _____